

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Advogado

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas.
 - esse caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas.
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu.
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos.
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Você somente poderá se retirar da sala de prova após decorridas **duas horas** do início da prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Você somente poderá retirar-se da sala, levando o caderno de provas, no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **09/12/2013**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/conder.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **10/12/2013** até às 23h59min do dia **11/12/2013**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/conder, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto

Soluções inovadoras para grandes centros

A população urbana aumentou no mundo de 10% para 50% no total da humanidade, ao longo do século passado. Previsões indicam que, em meados deste século, as grandes cidades vão abrigar 75% de toda a população mundial. Com mais de 200 milhões de habitantes, 85% nos grandes centros, o Brasil terá, até 2030, 91% de sua população concentrada nas cidades, especialmente nas metrópoles, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). Só as duas maiores, São Paulo e Rio de Janeiro, reúnem 20% da população urbana brasileira.

O que leva as pessoas a se amontoarem, em especial nas metrópoles, são as perspectivas de prosperidade e de mais qualidade de vida, em termos de emprego, habitação, saúde e educação. Ainda hoje, as cidades grandes e mais antigas respondem por quase metade do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Ou seja, os grandes centros urbanos se tornaram o lugar privilegiado de intercâmbio econômico mundial e das melhores oportunidades ligadas ao conhecimento, à pesquisa e à inovação.

Apesar de sua dimensão estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, a questão urbana permanece sem um debate nacional à altura de sua importância e a gestão das cidades recebeu pouco estudo e investimento até agora.

Essas foram algumas das razões que levaram a Confederação Nacional da Indústria (CNI) a promover, com o apoio do jornal *O Globo*, o seminário Desafios da Mobilidade Urbana no Brasil, realizado no Rio. O seminário reuniu representantes da indústria, do poder público e da sociedade civil e uma plateia de 150 pessoas. O ponto de partida para as discussões foi um estudo coordenado pelo arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães sobre o tema.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia e presidente do Conselho de Infraestrutura da CNI, José de Freitas Mascarenhas, revelou que o próprio setor produtivo já sente os efeitos da deterioração das cidades.

Ele citou como exemplo o aumento de 8% para 17%, de 1992 até agora, dos trabalhadores que levam mais de uma hora no trajeto entre a casa e o trabalho em Salvador (BA). Diante da constatação de que em municípios maiores, como o Rio de Janeiro, 25% das pessoas já levam mais de duas horas para fazer o mesmo percurso, ele defende a criação de um fundo de desenvolvimento das grandes cidades, com provisão de recursos necessários e compatíveis com a situação de urgência vivenciada pelo Brasil. *“É necessário conter o espraiamento e estimular o adensamento demográfico; privilegiar o transporte público de alto rendimento em redes multimodais; criar novas centralidades, oferecendo as condições dos bairros se tornarem autossuficientes; reduzir o passivo ambiental urbanizando as cidades informais; e modernizar os instrumentos de governança e de planejamento das cidades”*, assinala Mascarenhas.

(*O Globo*, novembro de 2013)

01

A finalidade maior da produção do texto é a de

- (A) divulgar mais uma obra de valor social realizada pelo jornal *O Globo*.
- (B) colocar em discussão os desafios da mobilidade urbana.
- (C) informar sobre seminário de tema urgente para o Brasil.
- (D) indicar soluções para o problema do transporte no Rio de Janeiro.
- (E) discutir vários pontos de vista sobre o problema dos transportes.

02

“Previsões indicam que, em meados deste século,...” / “Essas foram algumas das razões que levaram...”.

Nessas duas frases do texto há o emprego de formas diferentes de demonstrativos; tal emprego se deve, respectivamente, a

- (A) referir-se ao momento presente / relacionar-se a um termo anterior.
- (B) indicar um termo próximo / referir-se a um termo distante.
- (C) relacionar-se a um tempo próximo / indicar um tempo distante.
- (D) ligar-se a um termo seguinte / ligar-se a um termo anterior.
- (E) indicar um lugar próximo / indicar um lugar distante.

03

“É necessário conter o espraiamento e estimular o adensamento demográfico; privilegiar o transporte público de alto rendimento em redes multimodais; criar novas centralidades, oferecendo as condições dos bairros se tornarem autossuficientes; reduzir o passivo ambiental urbanizando as cidades informais; e modernizar os instrumentos de governança e de planejamento das cidades”.

Nesse segmento do texto, se substituirmos as formas reduzidas sublinhadas por formas verbais desenvolvidas, ocorre um erro em

- (A) conter / que se contenha
- (B) estimular / que se estimule
- (C) privilegiar / que se privilegie
- (D) criar / que se crie
- (E) reduzir / que se reduza

04

A palavra privilégio é dessas palavras cuja grafia sempre traz dificuldade a quem escreve: com e ou com i?

Nas alternativas a seguir, assinale o vocábulo que está grafado de forma errada.

- (A) campeão
- (B) cumeeira
- (C) pátio
- (D) crâneo
- (E) camaleão

05

“O que leva as pessoas a se amontoarem, em especial nas metrópoles,...”.

O verbo amontoar, no contexto em que está inserido, traduz as ideias de

- (A) grande quantidade e desordem.
- (B) desconforto e pobreza.
- (C) separação e desorganização.
- (D) prosperidade e grande quantidade.
- (E) má qualidade de vida e modernidade.

06

O texto apresenta vários exemplos de siglas: “*de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU)*”; “*...quase metade do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro*”; “*...levaram a Confederação Nacional da Indústria (CNI) a promover...*”; “*...presidente do Conselho de Infraestrutura da CNI*”.

Sobre o emprego dessas siglas, é correto afirmar que

- (A) todas elas mostram economia de espaço gráfico.
- (B) as siglas colocadas entre parênteses mostram o mesmo processo de formação.
- (C) as siglas colocadas entre parênteses se ligam a nomes de realidades pouco conhecidas do público.
- (D) as siglas colocadas entre parênteses mostram necessidade de clareza.
- (E) todas elas dificultam o entendimento do texto.

07

“*...em meados deste século, as grandes cidades vão abrigar...*”; “*Ainda hoje, as cidades grandes e mais antigas...*”.

No fragmento acima, a mudança de posição do adjetivo não modifica o sentido do sintagma sublinhado.

Assinale o exemplo em que ocorre **alteração** de sentido, em caso de mudança.

- (A) “*...85% nos grandes centros*”.
- (B) “*...se tornaram o lugar privilegiado*...”
- (C) “*...e das melhores oportunidades ligadas ao conhecimento...*”
- (D) “*Apesar de sua dimensão estratégica*...”.
- (E) “*...revelou que o próprio setor*...”

08

Assinale a frase que mostra uma dupla possibilidade de concordância.

- (A) “*...os grandes centros urbanos se tornaram o lugar privilegiado*...”.
- (B) “*Essas foram algumas das razões*...”.
- (C) “*...91% de sua população concentrada nas cidades*...”.
- (D) “*...e modernizar os instrumentos de segurança*...”.
- (E) “*...a gestão das cidades recebeu pouco estudo*...”.

09

Assinale a frase a seguir em que a substituição do termo sublinhado por outro de mesmo sentido não foi feita de forma adequada.

- (A) “*...ao longo do século passado*” / por todo o.
- (B) “*...de acordo com a Organização*...” / em obediência à.
- (C) “*...em especial nas metrópoles*...” / particularmente.
- (D) “*“Qu seja, os grandes centros urbanos...*” / Isto é.
- (E) “*“Apesar de sua dimensão*...” / Não obstante.

10

“*Só as duas maiores, São Paulo e Rio de Janeiro, reúnem 20% da população urbana brasileira*”.

Assinale a forma de reescrever-se essa frase do texto, que mantém o seu sentido original.

- (A) As duas maiores, São Paulo e Rio de Janeiro, só reúnem 20% da população urbana brasileira.
- (B) As duas maiores, São Paulo e Rio de Janeiro, reúnem só 20% da população urbana brasileira.
- (C) Só São Paulo e Rio de Janeiro, as duas maiores, reúnem 20% da população urbana brasileira.
- (D) São Paulo e Rio de Janeiro, só as duas maiores, reúnem 20% da população urbana brasileira.
- (E) São Paulo e Rio de Janeiro, as duas maiores, reúnem 20% só da população brasileira.

11

O primeiro parágrafo do texto faz previsões e a marca linguística que indica as previsões é:

- (A) a utilização de verbos no futuro do presente.
- (B) a estruturação de frases curtas.
- (C) o uso de expressões de dúvida.
- (D) o emprego de possibilidades estatísticas.
- (E) a presença de outras vozes.

12

Segundo o texto, o fato de a população urbana ter aumentado no mundo de 10% a 50%, ao longo do século passado, implicou em

- (A) estimular o adensamento demográfico.
- (B) privilegiar o transporte ferroviário.
- (C) criar melhores condições para o transporte individual.
- (D) desestimular as migrações internas.
- (E) precupar-se com melhor planejamento urbano.

13

“*O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia e presidente do Conselho de Infraestrutura da CNI, José de Freitas Mascarenhas, revelou que o próprio setor produtivo...*”;

“*reduzir o passivo ambiental urbanizando as cidades informais; e modernizar os instrumentos de governança e de planejamento das cidades, assinala Mascarenhas*”.

No primeiro segmento tem-se o nome completo do vice-presidente, mas, na segunda ocorrência, aparece somente o sobrenome. Esse fato mostra

- (A) a intimidade com que a pessoa é tratada.
- (B) o distanciamento social em relação à pessoa referida.
- (C) a necessidade de abreviar espaço gráfico.
- (D) o tratamento respeitoso que a pessoa merece.
- (E) a coloquialidade que o texto quer passar ao leitor.

14

“*Privilegiar transporte público de alto rendimento; reduzir o passivo ambiental; estimular o adensamento demográfico; modernizar instrumentos de planejamento*”.

Esse trecho documenta

- (A) vocabulário erudito.
- (B) jargão profissional.
- (C) coloquialismos modernos.
- (D) vocábulos regionais.
- (E) termos antigos.

15

Assinale a alternativa em que o termo abaixo que **não** exerce a função de complemento nominal, por não ser o paciente do termo anterior.

- (A) Criação de um fundo.
- (B) Deterioração das cidades.
- (C) Provisão de recursos.
- (D) Situação de urgência.
- (E) Planejamento das cidades.

16

A alternativa que mostra um substantivo do texto cujo verbo correspondente **não** está corretamente identificado é

- (A) previsão / prever
- (B) gestão / gestar
- (C) provisão / prover
- (D) discussão / discutir
- (E) urgência / urgir

17

Ao falar de “*redes multimodais*”, o texto alude a redes de transporte de

- (A) tipos variados.
- (B) lugares diferentes.
- (C) diferentes fontes de energia.
- (D) épocas variadas.
- (E) vários preços.

18

O seminário foi organizado por um jornal. Esse veículo de comunicação deve receber o seguinte crédito:

- (A) preocupação com o bem estar da população.
- (B) objetivo de reduzir os custos dos transportes.
- (C) ausência de discriminação racial e social.
- (D) tentativa de conscientizar a população de seus direitos.
- (E) auxílio ao poder público na tarefa de arrecadar fundos.

19

As aspas utilizadas no último parágrafo do texto pretendem

- (A) destacar trechos importantes.
- (B) mostrar trechos copiados de outras fontes.
- (C) indicar segmentos que foram resumidos.
- (D) criar credibilidade para a reportagem.
- (E) mostrar que se trata da presença de outra voz.

20

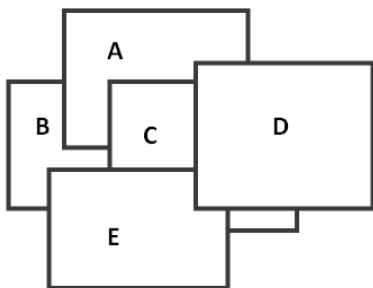
O título dado ao texto cita “*soluções inovadoras*” para problemas de transporte nos grandes centros. Considerando o texto, tais soluções:

- (A) são extensamente explicadas no texto.
- (B) encontram-se somente na introdução do texto.
- (C) foram simplesmente enumeradas no último parágrafo.
- (D) não estão presentes no corpo do texto.
- (E) aparece somente uma dessas soluções.

Raciocínio Lógico-matemático

21

A figura mostra a vista superior de cinco cartões retangulares colocados uns sobre os outros em uma mesa.



De cima para baixo a ordem dos cinco cartões é

- (A) DACEB.
- (B) DEACB.
- (C) DECAB.
- (D) DCEAB.
- (E) DCAEB.

22

Carlos e Leandro conversam. Carlos disse que, na semana passada, foi brincar com um cachorro preto e ele o mordeu. Leandro então disse: “*todos os cachorros pretos são perigosos.*”

Essa afirmação de Leandro não é verdadeira.

Assim, é correto concluir que

- (A) todos os cachorros pretos não são perigosos.
- (B) se um cachorro não é preto então ele não é perigoso.
- (C) existe pelo menos um cachorro preto que não é perigoso.
- (D) todo cachorro perigoso não é preto.
- (E) existe pelo menos um cachorro perigoso que é branco.

23

Uma caixa contém bolas de várias cores.

Das bolas dessa caixa, 15% são azuis, 10% são amarelas, 40% são vermelhas e 25% são verdes. As demais são de outras cores.

Das bolas dessa caixa que não são vermelhas, a porcentagem daquelas que são azuis é

- (A) 10%.
- (B) 15%.
- (C) 20%.
- (D) 25%.
- (E) 30%.

24

Um escritório de advocacia assina uma revista mensal e os exemplares já recebidos serão guardados, pela secretária, nas diversas pastas vazias de uma gaveta de arquivo.

A secretária verificou que colocando três revistas em cada pasta, todas as pastas foram ocupadas e duas revistas ficaram do lado de fora. Ela então colocou quatro revistas em cada pasta e, nesse caso, todas as revistas foram guardadas e três pastas ficaram vazias.

O número de revistas era

- (A) 36.
- (B) 40.
- (C) 42.
- (D) 44.
- (E) 48.

25

Um juiz recebeu dois lotes de processos a serem analisados.

No primeiro lote os processos estavam numerados sequencialmente de 20120100 a 20120350 e no segundo lote os processos estavam numerados, também sequencialmente, 20130050 a 20130250.

O total de processos a serem analisados que esse juiz recebeu nesses dois lotes foi

- (A) 448.
- (B) 449.
- (C) 450.
- (D) 451.
- (E) 452.

26

A empresa Y de engenharia possui 50 funcionários sendo alguns engenheiros (homens e mulheres) e, os outros, técnicos em diversas áreas (também homens e mulheres). Certo sábado, todos os 30 funcionários homens tiveram que comparecer ao local de trabalho para o exame médico anual e, no sábado seguinte, todos os 32 técnicos tiveram que comparecer ao local de trabalho para uma reunião. Sabe-se que 19 funcionários estiveram presentes nos dois sábados.

Nessa empresa, o número de engenheiras é

- (A) 7.
- (B) 8.
- (C) 9.
- (D) 10.
- (E) 11.

27

Um sapo está brincando de dar pulos sucessivos, todos com o mesmo comprimento e sempre sobre uma mesma linha reta horizontal. A cada salto ele pode pular para a esquerda ou para a direita independentemente do sentido do pulo anterior.

O sapo está inicialmente em um ponto A sobre a reta. A seguir ele dá quatro pulos sucessivos terminando exatamente sobre o mesmo ponto A.

A quantidade de sequências diferentes de pulos (esquerda/direita) que o sapo pode ter dado é

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 8.
- (D) 12.
- (E) 16.

28

No ano de 2014, o dia 1º de janeiro cairá em uma quarta-feira. Em um reino distante, o rei acha que os domingos são inúteis porque a população não trabalha e então decretou que, em todo o ano de 2014, os domingos serão eliminados do calendário. Assim, nesse reino, em 2014, o dia seguinte a cada sábado será segunda-feira.

O rei faz aniversário no dia 17 de fevereiro.

No novo calendário real o dia do aniversário do rei será uma

- (A) segunda-feira.
- (B) terça-feira.
- (C) quarta-feira.
- (D) quinta-feira.
- (E) sexta-feira.

29

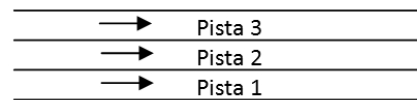
O juiz Roberto analisa 8 processos por dia e o juiz Alberto analisa 20 processos a cada três dias.

A quantidade de dias necessários para que esses dois juízes juntos analisem 264 processos é

- (A) 6.
- (B) 12.
- (C) 15.
- (D) 18.
- (E) 21.

30

Uma autoestrada possui três pistas com diferentes limites de velocidade.



Há duas placas:

Velocidades máximas Pista 1 – 70 km/h Pista 2 – 90 km/h Pista 3 – 110 km/h	Caminhões Obrigatório trafegar na Pista 1
--	---

João dirige seu carro por essa autoestrada.

Considere as seguintes afirmações:

- I. João deve usar obrigatoriamente a Pista 2 ou a Pista 3.
- II. Se João dirige seu carro a 80km/h ele é obrigado a usar a Pista 2.
- III. Um caminhão trafega pela Pista 1 a 60km/h e atrás dele está um ônibus. O ônibus pode mudar de pista e ultrapassar o caminhão.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se apenas a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (D) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (E) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.

Conhecimentos Gerais

31

O resgate de *beagles* usados em testes laboratoriais pelo Instituto Royal (São Paulo), em outubro de 2013, por parte de grupos ativistas em defesa dos animais, evidenciou que

- (A) no Brasil não há legislação que regulamente o uso de animais com finalidade de ensino e pesquisa.
- (B) a manipulação de animais vivos para fins científicos é completamente substituível pelo uso de *software* de simulação.
- (C) espécies em extinção continuam sendo usadas em pesquisas farmacêuticas no Brasil, apesar da condenação ética.
- (D) o uso de cobaias geneticamente próximas do homem é ineficaz para obter resultados clínicos válidos para casos humanos.
- (E) a pesquisa científica com manipulação de animais envolve aspectos éticos, objeto de debate de ativistas, pesquisadores e juristas.

32

Os Partidos Republicano e Democrata têm se revezado no governo dos Estados Unidos nas últimas décadas e polarizam o debate a respeito da função do Estado e suas políticas públicas. As alternativas abaixo identificam as principais propostas do Partido Democrata, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Taxação progressiva sobre a parcela mais rica da população.
- (B) Defesa do Estado mínimo e desregulamentação da vida social.
- (C) Extensão da assistência médica e incremento de auxílios ao sistema educativo.
- (D) Combate à imigração clandestina e regulamentação dos trabalhadores já imigrados.
- (E) Justiça social com políticas redistributivas do governo federal.

33

Na imagem a seguir, ativistas da organização ambiental *Greenpeace* exibem uma faixa pedindo a libertação dos “30 do Ártico” presos na Rússia.



(Foto: Divulgação/Greenpeace)

Este protesto no Monte Everest queria mobilizar a opinião pública a favor da libertação dos 28 integrantes da ONG.

Com relação ao contexto deste protesto ambiental no Ártico e à subsequente prisão dos ativistas, analise as afirmativas a seguir.

- I. O degelo progressivo do Ártico tem gerado uma disputa entre grupos ambientalistas e empresas russas interessadas na exploração de gás, óleo e minérios.
- II. Os “30 do Ártico” foram detidos pelas autoridades russas após tentarem escalar uma plataforma de petróleo, em protesto contra a exploração de petróleo no Ártico.
- III. A Holanda, país da embarcação dos ativistas, pediu a libertação dos “30 do Ártico” junto ao Tribunal Internacional de Direito Marítimo e negociou com a Rússia a retirada da acusação de pirataria que mantém os ativistas presos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

34

No ano de 2013 foram comemorados os 25 anos de vigência da Constituição Federal. Com relação às inovações trazidas pela Carta de 1988, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Criou a licença-maternidade e as férias remuneradas acrescidas de um terço do salário.
- () Criou o Superior Tribunal de Justiça e definiu as funções institucionais do Ministério Público.
- () Criou a medida provisória e o mandado de segurança coletivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

35

Criada com o objetivo de examinar e esclarecer as violações aos direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, a Comissão Nacional da Verdade

- (A) recomendou a retificação do atestado de óbito do jornalista Vladimir Herzog, para fazer constar que sua morte decorreu de causa violenta desconhecida.
- (B) recebeu documentação comprobatória de que o atentado ao Pavilhão Riocentro (RJ), em 1981, foi um ato terrorista contra o regime militar.
- (C) anulou decisões baseadas na Lei da Anistia ao comprovar que houve crimes políticos e violação de direitos humanos.
- (D) solicitou a exumação do corpo de João Goulart para esclarecer a morte do ex-presidente brasileiro, suspeito de ter sido assassinado no contexto da Operação Condor.
- (E) identificou e investigou as instituições e as circunstâncias do envio de presos políticos para o exterior, como no caso da jovem militante comunista Olga Benário Prestes.

36

O Programa Mais Médicos foi lançado pelo Governo Federal em 08 de julho de 2013.



Assinale a alternativa que descreve corretamente suas características.

- (A) Seu objetivo é levar mais médicos para regiões onde há escassez ou não existem profissionais de saúde.
- (B) As vagas do programa são oferecidas prioritariamente para médicos estrangeiros.
- (C) O diploma dos médicos intercambistas é revalidado pelos Conselhos Regionais de Medicina.
- (D) Foram firmados convênios com o governo de Cuba para fornecimento de medicamentos.
- (E) Os médicos do Programa foram hostilizados, pois se tornaram servidores públicos sem ter sido aprovados em concurso.

37

Sobre a guerra civil que a Síria enfrenta desde 2011, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Rússia defende uma intervenção militar da ONU na Síria desde o início do conflito.
- II. O Irã e a Liga Árabe são opositores do regime sírio e fornecem armas para as forças rebeldes.
- III. Os Estados Unidos apoiam a possibilidade de intervenção militar.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

38

“Na pauta do Plenário desta semana, a chamada PEC do Orçamento Impositivo (22A/2000), que torna obrigatória a execução das emendas parlamentares ao Orçamento da União, trará mudanças significativas ao processo de gestão orçamentária no país”. (Portal Brasil, 12/11/2013)

Com relação às mudanças trazidas pela PEC do Orçamento Impositivo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A PEC obriga o Poder Executivo a executar as emendas parlamentares aprovadas pelo Poder Legislativo para o orçamento anual, o que pode aumentar a aplicação de recursos federais nos Estados e Municípios.
- II. A PEC pretende substituir o formato autorizativo do orçamento federal, pelo qual o Congresso Nacional autoriza o Executivo a realizar um dado volume de despesas, sem a obrigação de o governo realizá-lo daquela forma e naquele volume.
- III. A PEC estabelece que as emendas de liberação obrigatória do orçamento garantam a transferência dos recursos aprovados pelos parlamentares, revogando dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

39

Em 21 de outubro, o governo brasileiro leiloou a sua maior descoberta do pré-sal, o Campo de Libra, na Bacia de Santos.

As afirmativas a seguir identificam corretamente o processo deste leilão, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O Brasil concedeu áreas para exploração de petróleo e gás natural na região brasileira do pré-sal a um consórcio formado por empresas estrangeiras e pela Petrobrás.
- (B) O petróleo é da União, que reparte a produção entre as empresas do consórcio, nas proporções estabelecidas por contrato.
- (C) O leilão atraiu estatais, como a Petrobrás e as chinesas CNPC e CNOOC, e grandes empresas do setor privado, como a francesa Total e a anglo-holandesa Shell.
- (D) O leilão provocou protestos por parte de sindicalistas contrários à participação de corporações estrangeiras na exploração do óleo do pré-sal.
- (E) A exploração do pré-sal vai ocorrer no regime de concessão, pelo qual os riscos da produção e a propriedade do petróleo e do gás são do consórcio vencedor do leilão.

40

Em maio de 2013 foi aprovada a Medida Provisória 595/2012, conhecida como MP dos Portos, vital para a economia brasileira.

Com relação à MP dos Portos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A MP 595 pretende estimular a competitividade entre portos públicos e terminais privados, de modo a modernizar a estrutura portuária do Brasil, tornando-a mais eficiente.
- () A MP 595 é uma proposta normativa elaborada pelo Congresso Nacional, para regulamentar o setor portuário no Brasil, em 2012.
- () A MP 595 propõe um modelo de administração portuária em que as funções regulatórias como licenciamento, alfândega e imigração seriam privatizadas, desonerando o Estado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

Conhecimentos Específicos

Direito Administrativo

41

Diante da classificação das pessoas jurídicas em entidades políticas e entidades administrativas, assinale a afirmativa correta.

- (A) As entidades administrativas encontram-se subordinadas às entidades políticas com base na hierarquia.
- (B) As entidades políticas podem possuir poder normativo ao contrário das entidades administrativas.
- (C) As entidades políticas e as entidades administrativas têm o poder de produzir lei em sentido estrito.
- (D) As entidades administrativas nunca estarão subordinadas hierarquicamente a uma entidade política.
- (E) As entidades administrativas e as entidades políticas se diferenciam em função da obrigatoriedade ou dispensa de realizar licitações nas contratações que realizam.

42

A Administração Pública atua celebrando vários tipos de ajustes para concretizar o interesse público. No que tange aos contratos e convênios, é correto afirmar que

- (A) ambos são sinônimos.
- (B) no contrato há um interesse recíproco.
- (C) no convênio há um interesse recíproco.
- (D) em ambos há interesses diversos e opostos.
- (E) somente no convênio há interesse diverso e oposto.

43

A Lei n. 12.462/11 instituiu o regime diferenciado de contratação pública, o chamado RDC. Tendo em vista o previsto na referida legislação, assinale a alternativa em que o referido regime **não** será aplicado.

- (A) Ações integrantes do programa de aceleração do crescimento.
- (B) Serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- (C) Contratações relacionadas aos jogos paraolímpicos de 2016.
- (D) Contratações relacionadas a realização da Copa do Mundo de 2014.
- (E) Obras de infraestrutura em todos os aeroportos da Federação.

44

No que tange à intervenção do Estado na propriedade privada, a mais drástica dessas medidas é a *desapropriação*.

Com relação a essa modalidade de intervenção é correto afirmar que

- (A) os bens gravados com inalienabilidade não poderão ser desapropriados.
- (B) a desapropriação do imóvel urbano por descumprimento de sua função social será indenizada previamente e em dinheiro.
- (C) a desapropriação do imóvel rural por descumprimento de sua função social será indenizada previamente e em dinheiro.
- (D) uma vez consolidada a desapropriação indireta, o proprietário não poderá reaver o imóvel restando-lhe apenas buscar sua indenização.
- (E) somente a administração direta poderá mover a ação de desapropriação.

45

No que concerne ao sujeito ativo do ato de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Aquele que não é considerado agente público pela Lei n. 8.429/92 poderá responder por improbidade administrativa.
- (B) A Lei de Improbidade aplica-se apenas a servidores públicos.
- (C) A Lei de Improbidade aplica-se apenas contra agentes públicos que venham a lesar entidade na qual o poder público contribua com mais de 50% para a criação ou custeio.
- (D) A pessoa que é vinculada a entidade pública sem remuneração não pode ser considerada agente público para fins de aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.
- (E) A pessoa que é vinculada a entidade pública de forma transitória não pode ser considerada agente público para fins de aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.

46

Segundo a disposição constitucional que rege a responsabilidade civil da administração, não estão incluídos na responsabilização objetiva do ente a que pertencem, os danos causados pelos seguintes agentes:

- (A) empregados de concessionárias de serviço público.
- (B) servidores públicos da administração direta.
- (C) empregados de uma empresa pública que desenvolve atividade econômica em regime de concorrência.
- (D) servidores de uma autarquia.
- (E) empregados de uma sociedade de economia mista que presta serviços públicos.

47

A Lei Complementar n. 101/00 traz classificações que possuem impacto direto no nível de fiscalização e controle que incide sobre pessoas jurídicas.

Em relação a essas classificações, assinale a afirmativa correta.

- (A) Empresa controlada é aquela em que a maioria do capital social com direito a voto pertence de forma direta ou indireta a ente da Federação.
- (B) A empresa estatal dependente pode não ser uma empresa controlada.
- (C) Toda empresa controlada é também uma empresa estatal dependente.
- (D) Caso o capital social com direito a voto pertença apenas indiretamente a ente da Federação, essa empresa não pode ser classificada como controlada.
- (E) Caso uma empresa controlada receba recursos do ente controlador para aumento de participação acionária, essa empresa, em razão de tal fato, será uma estatal dependente.

Direito Constitucional

48

Acerca das cláusulas pétreas da Constituição da República assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A existência de voto direto, secreto, universal e periódico configura uma cláusula pétrea.
- (B) As normas referentes ao titular do poder constituinte reformador podem ser consideradas como cláusulas pétreas implícitas.
- (C) O controle de constitucionalidade de Emenda Constitucional só pode ter como parâmetro as cláusulas pétreas da Constituição.
- (D) Um novo direito individual, criado pelo poder constituinte reformador, inserindo-o no Art. 5º da Constituição da República, se tornará, da sua criação em diante, uma cláusula pétrea.
- (E) As cláusulas pétreas caracterizam limitações materiais ao poder de reforma da Constituição.

49

Acerca das competências dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o *habeas data* contra atos da Mesa da Câmara dos Deputados.
- (B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar as causas entre entidades da administração indireta de Estados diversos.
- (C) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar demanda na qual todos os membros da magistratura sejam diretamente interessados.
- (D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça a homologação de sentenças estrangeiras.
- (E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

50

No que diz respeito à Administração Pública e aos servidores públicos analise as afirmativas a seguir.

- I. Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública.
- II. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público.
- III. O servidor estável será reintegrado se sua demissão for invalidada por sentença judicial, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

51

Em relação ao *controle de constitucionalidade*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O decreto legislativo do Congresso Nacional que susta ato normativo do Poder Executivo, por pretensamente ter exorbitado a delegação legislativa, pode ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- II. É admissível, por razões de segurança jurídica, a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo já revogado, desde que tal norma tenha produzido algum efeito no passado.
- III. Proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade, não é admissível desistência.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

52

Em relação às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () É possível a convocação de magistrado para depor em CPI que investiga razões de ato materialmente jurisdicional.
- () Indivíduo convocado a depor, como testemunha, em CPI, não pode, em hipótese nenhuma, invocar seu direito de permanecer em silêncio.
- () A quebra do sigilo bancário depende, para revestir-se de validade jurídica, da aprovação da maioria absoluta dos membros que compõem o órgão de investigação legislativa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, F e F.
- (E) V, V e F.

53

Acerca da classificação das Constituições e dos métodos de interpretação constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição-garantia tende a focalizar suas normas na estrutura do poder, delimitando as atividades políticas, traçando metas, programas de ação e objetivos para as atividades do Estado no âmbito social, cultural e econômico.
- (B) O intérprete, no método científico-espiritual de interpretação das normas constitucionais, exerce papel fundamental na medida em que realiza tal função com o objetivo de concretizar a norma “*para*” e “*a partir de*” uma situação concreta, admitindo o primado da norma constitucional sobre o problema.
- (C) A Constituição outorgada é elaborada sem que haja qualquer participação do povo, fruto de regimes autoritários. A Carta de 1934 é um exemplo de Constituição Outorgada em nossa história constitucional.
- (D) Uma Constituição será classificada como normativa quando é realmente cumprida por todos os interessados, limitando o poder de forma efetiva.
- (E) O método da tópica focaliza a norma e não o problema, entendendo a Constituição como um conjunto aberto de regras e princípios em que o intérprete opta por aquele que seja adequado à questão que se analisa.

54

Acerca das *competências* determinadas pela Constituição, assinale a afirmativa correta.

- (A) Uma norma estadual, ao definir a competência de varas especializadas em delitos praticados por organizações criminosas, poderá legislar sobre regras sobre a prevalência entre juízos. Entretanto, não poderá tal norma definir o conceito de “*crime organizado*”, matéria reservada à competência legislativa da União, tema interditado à lei estadual, à luz da repartição constitucional, nos termos do Art. 22, I, da CRFB.
- (B) A Lei em vigor no estado da Bahia que permite ao delegado de polícia a prerrogativa de ajustar com o juiz ou a autoridade competente a data, a hora e o local em que será ouvido como testemunha ou ofendido em processos e inquéritos, é constitucional, de acordo com o STF.
- (C) O dispositivo de lei estadual, de acordo com a jurisprudência do STF, que obriga os médicos públicos e particulares do Distrito Federal a notificarem a Secretaria de Saúde sobre os casos de câncer de pele não é inconstitucional.
- (D) A lei municipal que impõe às empresas de construção civil, com obras no Estado, a obrigação de fornecer leite, café e pão com manteiga aos trabalhadores que comparecerem com antecedência mínima de quinze minutos ao seu primeiro turno de labor, não encontra óbices na partilha constitucional de competências.
- (E) A lei estadual que regula obrigações relativas a serviços de assistência médico-hospitalar regidos por contratos de natureza privada, universalizando a cobertura de doenças, não ofende a Constituição, de acordo com o STF.

Direito Tributário

55

Márcia Só, nos autos do inventário de seu falecido pai, foi surpreendida com a pretensão da Fazenda Estadual em lhe cobrar o Imposto *Mortis Causa* e Doação aplicando alíquota progressiva. Nesse caso,

- (A) a pretensão da Fazenda Estadual é inconstitucional eis que só os impostos de caráter pessoal podem ter alíquotas progressivas.
- (B) a pretensão da Fazenda Estadual não se coaduna com o princípio da capacidade contributiva, já que incide sobre o patrimônio herdado, sem considerar o perfil do herdeiro.
- (C) assiste razão à Fazenda Estadual uma vez que todos os impostos devem ser graduados de acordo com o princípio da capacidade contributiva.
- (D) não cabe a progressividade das alíquotas do imposto *Mortis Causa* e Doação sem que haja algum grau de pessoalidade em sua exigência.
- (E) a aplicação de alíquotas progressivas de acordo com a herança recebida fere o princípio da isonomia, por não examinar o perfil de cada herdeiro.

56

O Estado Beta pretende criar taxa pelo exercício do poder de polícia ou pela prestação de serviço afetos à área de segurança pública, denominada Taxa de Segurança Pública-TS.

Tal exação terá como fato gerador a utilização pelo contribuinte dos serviços prestados pela polícia para fins privados ou que extrapolem a gratuidade assegurada em lei, ou quando a sua conduta ou ramo de atividade exija do poder Público e Estadual, vigilância, controle e fiscalização, objetivando a manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade coletiva.

Na qualidade de assessor jurídico do Estado Beta, assinale a afirmativa correta.

- (A) A taxa é ilegal e inconstitucional, pela afronta ao CTN e à CRFB, já que se trata de serviço público inespecífico e indivisível.
- (B) A taxa é legal e constitucional porque está sendo criada para fazer frente à necessidade específica de alguns contribuintes.
- (C) O texto de lei que cria a taxa, necessita de adaptação porque embora a taxa seja legítima, não há gratuidade na prestação do serviço de segurança pública.
- (D) A taxa criada pelo Estado é ilegal, já que o serviço prestado pela polícia para fins privados deve ser remunerado por preço público.
- (E) A taxa é inconstitucional, em virtude de não ser possível criar tal exação quando o serviço público puder ser remunerado por imposto.

57

Com relação à interpretação autêntica da lei tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) É admitida na hipótese de aplicação retroativa da lei tributária.
- (B) É vedada, já que não cabe ao órgão do qual emanou a lei o poder de interpretá-la.
- (C) É admitida em nosso ordenamento jurídico, mas não exclui a aplicação de penalidades.
- (D) Ela estabelece, através da interpretação, um novo sentido para a legislação tributária.
- (E) Ela veda que a lei tributária possa retroagir, prejudicando o contribuinte.

58

Entidade beneficente, sem fins lucrativos, que atende aos requisitos legais e foi declarada de utilidade pública federal, importou, para fins de integralizar seu ativo fixo, um maquinário a ser usado na atividade que presta.

Entretanto, no momento do desembaraço aduaneiro, o fiscal do Estado lhe exige o pagamento do ICMS incidente sobre a importação da mercadoria, alegando que a imunidade da entidade é sobre seu patrimônio e não sobre a atividade de importação, sobre a qual recai a exação.

Neste caso, a entidade

- (A) deve pagar o ICMS, contabilizar o imposto como crédito e posteriormente compensar o que pagou.
- (B) não deve pagar o ICMS, já que a imunidade tributária a torna não contribuinte de qualquer espécie tributária.
- (C) deve pagar o ICMS e quando integralizar a máquina em seu ativo imobilizado, compensar o que pagou.
- (D) só deve pagar o ICMS na operação se a máquina não for usada para a atividade beneficente que presta.
- (E) não deve pagar o ICMS, já que é beneficiada por imunidade constitucionalmente prevista, bastando comprovar que cumpre os requisitos legais para seu gozo.

59

Com relação aos tributos, assinale a alternativa em que as duas assertivas estão corretas e a segunda complementa o sentido da primeira.

- (A) Os tributos são prestações pecuniárias instituídas por lei // Eles decorrem de atividade administrativa discricionária do Estado, no exercício do *jus imperii*.
- (B) Os tributos, para serem criados, decorrem de lei específica // Os impostos, espécie de tributos, quando regulatórios, prescindem de lei para serem criados.
- (C) Os tributos são prestações pecuniárias instituídos por lei específica // Eles não têm natureza de sanção de ato ilícito.
- (D) Os tributos decorrem da necessidade do Estado em prestar serviços públicos e realizar obras públicas relevantes // Eles constituem receita originária do Estado.
- (E) Os tributos têm missão constitucional exclusiva de obtenção de receita para o ente tributante competente para a sua criação // Eles são decorrentes de atividade legislativa vinculada.

60

Em determinado procedimento de fiscalização os agentes fazendários, sem mandado judicial, apreenderam livros contábeis e arquivos que continham registros de notas fiscais emitidas pela empresa fiscalizada. Os documentos fiscais e contábeis referidos subsidiaram a denúncia do MP em face dos gestores da empresa, por crime de sonegação fiscal.

A denúncia, na hipótese,

- (A) padece de vício de nulidade, já que houve quebra do sigilo de dados não autorizada pelo Poder Judiciário.
- (B) não é cabível denúncia com base em quebra não autorizada do sigilo de dados, embora sejam documentos de apresentação obrigatória pelo contribuinte.
- (C) a prova obtida através de meio ilícito conspurca a denúncia, conforme registrado na tese dos frutos da árvore envenenada.
- (D) pode ser regularmente admitida, já que embora tenha havido a quebra do sigilo de dados, durante o processo o contribuinte poderá opor defesa.
- (E) deve ser regularmente recebida, já que não há qualquer vício no procedimento adotado pela fiscalização, uma vez que os documentos apreendidos são públicos.

Direito Civil e Processual Civil**61**

A respeito dos *recursos*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (B) Havendo apelação, todas as questões suscitadas e discutidas no processo serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.
- (C) O recurso apenas pode ser interposto pela parte vencida e pelo Ministério Público.
- (D) O recurso interposto por um devedor, em caso de solidariedade passiva, aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
- (E) As questões de fato que não forem propostas no juízo inferior, somente poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

62

A respeito das *obrigações divisíveis e indivisíveis*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em caso de obrigação indivisível, havendo pluralidade de credores, o devedor se desobrigará, pagando a todos conjuntamente ou a um, dando este caução de ratificação dos outros credores.
- II. A obrigação que se resolver em perdas e danos não perde a qualidade de indivisível.
- III. Se um dos credores remitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros, mas estes só a poderão exigir, descontada a quota do credor remittente. Tal critério não se aplicará aos casos de transação ou compensação.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

63

A respeito da *hipoteca*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O domínio direto e as estradas de ferro não podem ser objeto de hipoteca.
- (B) É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado, podendo convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
- (C) O credor da segunda hipoteca, embora vencida, não poderá executar o imóvel antes de vencida a primeira, salvo o caso de insolvência do devedor.
- (D) A hipoteca poderá ser prorrogada mediante simples averbação, requerida por ambas as partes, até perfazer vinte anos da data do contrato.
- (E) Se o imóvel, dado em garantia hipotecária, vier a ser loteado, ou se nele se constituir condomínio edilício, o credor só poderá se opor ao pedido de desmembramento do ônus, provando que o mesmo importa em diminuição de sua garantia.

64

A respeito da execução das obrigações de fazer e não fazer, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a execução recai sobre obrigação de fazer fungível e o demandado não cumpri-la voluntariamente após a citação, é lícito ao juiz, a requerimento do exequente, decidir que seja realizado à custa do executado.
- II. Se o devedor praticou o ato, a cuja abstenção estava obrigado pela lei ou pelo contrato, o credor requererá ao juiz que lhe assinasse prazo para desfazê-lo e não sendo possível desfazer-se o ato, a obrigação resolve-se em perdas e danos.
- III. Se o objeto da execução for obrigação de fazer, o devedor será citado para satisfazê-la no prazo que o juiz lhe assinar, mesmo que outro esteja determinado no título executivo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

65

A respeito do *regramento da suspensão do processo*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Durante a suspensão do processo, poderá o juiz determinar a realização de atos urgentes com o objetivo de evitar dano irreparável.
- (B) Caso ocorra a incapacidade da parte após a realização da audiência de instrução e julgamento, o advogado deverá substituí-la.
- (C) A suspensão do processo por convenção das partes não poderá exceder o prazo de seis meses.
- (D) Quando a sentença de mérito não puder ser proferida senão depois de produzida certa prova, requisitada a outro juízo, o período de suspensão nunca poderá exceder a um ano.
- (E) Em caso de irregularidade de representação da parte autora, o juiz suspenderá o processo e caso o defeito não seja sanado no prazo determinado pelo juiz, este decretará a nulidade do processo.

66

A respeito do *processo eletrônico*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) No processo eletrônico, todas as citações serão feitas por meio eletrônico e, quando por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, o processo será suspenso.
- (B) Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.
- (C) Os originais dos documentos digitalizados deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.
- (D) Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de dez dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
- (E) A procuração pode ser assinada digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

67

Na condição de tomador dos serviços, o Município de Salvador foi condenado de forma subsidiária numa reclamação trabalhista, já transitada em julgado. Advindo a execução e homologados os cálculos, a prestadora de serviços (pessoa jurídica e devedora principal) foi instada a pagar o débito, quedando-se inerte.

O juiz, então, utilizou todas as ferramentas tecnológicas disponíveis para encontrar dinheiro ou bens da pessoa moral, sem sucesso. Esgotadas as possibilidades e, atendendo requerimento do exequente, o magistrado direcionou a execução em face do tomador dos serviços que, citado para opor embargos, sustentou que as contas deveriam ser revistas quanto aos juros, já que agora se tratava de execução contra a Fazenda Pública, sendo inaplicáveis os juros de 1% ao mês homologados com o valor principal.

Diante da tese apresentada, e de acordo com o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) Com razão o ente público, já que nesse caso há lei própria determinando que os juros sejam de 0,5% ao mês.
- (B) Correto o Município, pois a lei de regência prevê que os juros contra o Poder Público sejam os mesmos aplicados às cadernetas de poupança, independentemente da situação, estendendo-se também às condenações subsidiárias.
- (C) Os juros não deverão ser alterados, pois o ente público é devedor derivado, herdando a dívida da maneira em que se encontra.
- (D) Não haveria sequer motivo para a execução contra a Fazenda Pública, pois o juiz tem o dever de, antes, desconsiderar a personalidade jurídica do prestador de serviços e direcionar a execução contra os sócios dela.
- (E) Errado o ente público, pois não há na lei previsão de juros menores contra a Fazenda Pública, de modo que a regra é que eles sejam computados na razão de 1%, de forma simples, retroativos à data da ruptura do contrato.

68

Na audiência de uma reclamação trabalhista, o autor conduz, como sua testemunha, um mudo que é alfabetizado, enquanto a empresa, um surdo-mudo analfabeto.

Em relação à forma de colheita do depoimento dessas pessoas, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambos os depoimentos deverão ser obrigatoriamente traduzidos por intérprete, sob pena de nulidade.
- (B) Se algum profissional tiver de ser convocado para participar de qualquer dos depoimentos, a empresa arcará com o gasto.
- (C) O mudo e o surdo-mudo não podem ser ouvidos como testemunhas por falta de previsão legal.
- (D) Não podendo as pessoas em questão verbalizar o seu conhecimento sobre os fatos, o juiz não poderá basear o julgamento nas suas manifestações nem realizar acareação entre elas.
- (E) A testemunha do autor, por ser alfabetizada, deverá escrever as respostas às perguntas, e a testemunha da ré, por ser analfabeta, deporá por meio de um intérprete.

69

A empresa J. Confeções Ltda. foi citada para comparecer a uma audiência em reclamação trabalhista movida por uma ex-empregada e, simultaneamente, cientificada do deferimento da reintegração da obreira, em sede de tutela antecipada. Inconformada contra a decisão, a empresa impetrou mandado de segurança, cujo mérito foi apreciado e concedida a ordem, neutralizando assim a decisão de 1º grau.

O juiz, ao ser cientificado da decisão do *writ*, dela resolveu recorrer, apresentando a peça pertinente no prazo legal.

Diante da situação retratada e da norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível o juiz, na condição de autoridade coatora, recorrer da decisão, conforme previsão em Lei.
- (B) Houve típico erro judiciário, pois não caberia mandado de segurança, já que as decisões interlocutórias na Justiça do Trabalho são irrecorríveis, de modo que nada poderia fazer a empresa.
- (C) Não sendo o juiz parte nem interessado, mas apenas autoridade supostamente coatora, não poderá recorrer da decisão, inclusive por inexistir previsão legal para tanto.
- (D) Uma vez que a Lei é omissa a respeito, caberá ao órgão que apreciar o mandado de segurança verificar, à luz do caso concreto, pela legitimidade ou não do magistrado como recorrente.
- (E) O mandado de segurança é cabível, mas deveria ser impetrado perante a Vara do Trabalho, pois com a ampliação da competência da Justiça do Trabalho é no juízo de 1º grau que essa ação é proposta, sob pena de supressão de instância.

70

Das situações listadas a seguir, assinale aquela que retrata uma situação de *clawback clause*.

- (A) Um engenheiro, por descuido, erra no traçado de uma rodovia e, com isso, gera custo adicional ao empregador na construção. Em razão disso, pode ter descontado do seu salário o custo adicional, se previsto no contrato.
- (B) Um alto executivo de uma indústria recebe bônus antecipado do seu empregador e, no começo do ano, pede demissão para trabalhar em uma empresa concorrente. Em razão disso, deve devolver o bônus, se previsto no contrato.
- (C) Um superintendente de uma empresa recebe oferta de um concorrente e, interessado, pede demissão para assumir a nova vaga, mas o concorrente desiste posteriormente da oferta. Em razão disso, a empresa ofertante deverá pagar indenização por dano pré-contratual.
- (D) O chefe do setor de novas tecnologias de uma empresa de informática se compromete a, depois de rompido o seu contrato de trabalho, permanecer 2 anos fora do setor de informática, até que o seu conhecimento se torne obsoleto. O empregado pede demissão e assume um posto em empresa concorrente ao do ex-empregador. Em razão disso, deve pagar indenização ao ex-patrão, se previsto no contrato.
- (E) O médico de um hospital pode, excepcionalmente, desde que previsto no contrato e autorizado pelo empregador, se fazer substituir em um dos seus plantões por outro colega de trabalho de igual condição e também empregado da instituição. Neste caso, o empregado substituto faz jus ao salário daquele dia.

71

Helena, representante comercial autônomo, firma contrato de trabalho com uma empresa que fabrica utensílios médicos, tendo uma área delimitada onde somente ele pode vender os produtos. No contrato de Helena há uma cláusula *del credere*.

Sobre essa situação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cláusula *del credere* é aquela em que se prevê que, caso um vendedor realize negócios na área exclusiva de outro representante comercial, o titular daquela área geográfica terá direito ao recebimento da comissão. Essa cláusula é válida.
- (B) Cláusula *del credere* é aquela em que o representante comercial poderá dar crédito ao comprador, com liberdade e de forma ilimitada, mas não responderá por eventual insolvência do comprador. A cláusula é inválida, pois transfere para o representado o risco do negócio.
- (C) Cláusula *del credere* é aquela em que o representante comercial é considerado, por força de contrato, empregado da empresa representada, mas excepcionalmente não poderá reclamar judicialmente o reconhecimento de vínculo empregatício, senão diferenças nas comissões. Em contrapartida, recebe percentual dos lucros obtidos pela empresa representada. A cláusula em questão é válida.
- (D) Cláusula *del credere* é aquela pela qual o vendedor se torna devedor caso o comprador não efetue o pagamento dos produtos, sendo vedada por lei no contrato de representação comercial.
- (E) Cláusula *del credere* é aquela na qual o representante comercial poderá conceder crédito até determinado limite aos compradores, com autonomia, mas em eventual inadimplência, o representante fica com a obrigação de cobrar judicialmente a dívida. A cláusula é válida.

Direito Ambiental

72

Qualquer atividade e empreendimento que utilize água em seu processo de industrialização ou produção deve se adequar à Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A gestão dos recursos hídricos no Brasil é feita de forma centralizada, tendo em vista a necessidade de tratamento uniforme das bacias hidrográficas.
- (B) A captação de recursos hídricos e seu lançamento, quando considerados insignificantes, independem de outorga do Poder Público.
- (C) Tendo em vista o caráter fundamental e a ausência de valor econômico, não é possível a cobrança pela utilização dos recursos hídricos.
- (D) A PNRH não tem compromisso com o desenvolvimento sustentável, não tratando de qualquer forma de prevenção ou compensação ambiental.
- (E) A propriedade da água segue a do terreno em que se encontrar, podendo, assim, ser explorada economicamente por particulares.

73

João é proprietário de terreno não utilizado, localizado em área urbana objeto de revitalização pelo Município, conforme disposto em seu plano diretor.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Município pode desapropriar o imóvel sem que tenha tomado nenhuma medida antes, tendo em vista que o bem não cumpre sua função social.
- (B) Uma das medidas possíveis a ser tomada pelo Município é a elevação da alíquota do IPTU até o limite de 50% do valor do imóvel.
- (C) Pode o Município elevar a alíquota do IPTU até o limite de 15% do valor do imóvel, a qual não pode ser mantida por mais de 5 anos consecutivos.
- (D) Pode ser determinado o parcelamento ou a edificação compulsória do imóvel, mas tão somente após a instituição do IPTU progressivo no tempo.
- (E) O Município pode desapropriar o imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, mas apenas após cinco anos de cobrança de IPTU progressivo no tempo.

74

A Constituição da República de 1988 garante que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público a adoção de políticas ambientais legislativas e administrativas que, em parte, foi disciplinada pela Lei Complementar n. 140/2011.

Sobre esta Lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) Excluiu as competências administrativas dos Municípios, que somente podem ser exercidas caso haja omissão da União e dos Estados.
- (B) Instituiu que o licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos será feito por um único ente federativo.
- (C) Em atividades e empreendimentos localizados em mais de um Estado a competência para o licenciamento será dos próprios Estados envolvidos.
- (D) Qualquer forma de manejo e supressão de vegetação deverá ser previamente aprovada pela União Federal.
- (E) A LC 140/2011 instituiu taxa de fiscalização ambiental sobre as atividades e empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental.

75

A Lei n. 11.284/2006 criou o marco jurídico na gestão das florestas públicas, sendo correto afirmar sobre sua disciplina normativa que

- (A) é permitida a concessão de floresta pública em qualquer espaço ambiental especialmente protegida, uma vez que a Lei n. 11.284/2006 excepcionou a aplicação da Lei de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000), nesse aspecto.
- (B) nas florestas concedidas à iniciativa privada, as atividades de fiscalização e aplicação de penalidades ambientais ficam a cargo do particular, nos termos do contrato de concessão.
- (C) o contrato de concessão não pode dispor sobre a exploração mineral, recursos pesqueiros e sobre o acesso ao patrimônio genético para fins de pesquisa e desenvolvimento.
- (D) nas florestas objeto de concessão não é necessária a realização de licenciamento ambiental, resolvendo-se em perdas e danos os desmatamentos realizados nos níveis não previstos no contrato.
- (E) a concessão florestal transfere a propriedade da floresta ao particular, mediante procedimento de licitação, não o desobrigando, porém, de obedecer à função social da propriedade.

Legislação Institucional da Conder**76**

A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER – tem natureza jurídica de

- (A) Sociedade de Economia Mista, com personalidade jurídica de direito público.
- (B) Sociedade de Economia Mista, com personalidade jurídica de direito privado.
- (C) Empresa Pública, com personalidade jurídica de direito público.
- (D) Empresa Pública, com personalidade jurídica de direito privado.
- (E) Autarquia, com personalidade jurídica de direito privado.

77

De acordo com o Estatuto Social da CONDER, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Pessoas jurídicas de direito público interno, poderão participar do Capital Social da CONDER.
- (B) A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva.
- (C) A integralização das ações, no ato da subscrição, poderá ser realizada com créditos existentes contra a CONDER.
- (D) A CONDER poderá, para a consecução e operacionalização de sua finalidade, gerir fundos, contas e aplicar recursos relativos ao desenvolvimento urbano integrado e à habitação.
- (E) A CONDER poderá, para melhor desempenho de suas atividades, estabelecer unidades regionais e locais.

78

Com relação às atribuições do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva da CONDER, segundo o seu Estatuto Social, analise as afirmativas a seguir.

- I. Deve pronunciar-se sobre o aumento do capital da CONDER.
- II. Deve representar a CONDER, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele.
- III. Deve convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

79

As alternativas a seguir listam componentes da estrutura básica da Diretoria Executiva da CONDER, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Diretoria de Organização e Planejamento.
- (B) Diretoria de Equipamentos e Qualificação Urbanística.
- (C) Diretoria de Habitação e Urbanização Integrada.
- (D) Diretoria de Administração e Finanças.
- (E) Diretoria do Centro Antigo de Salvador.

80

Segundo o Estatuto da CONDER, assinale a afirmativa correta.

- (A) Compete ao Conselho de Administração supervisionar a execução financeira e orçamentária da CONDER, podendo examinar livros ou quaisquer elementos, bem como requisitar informações.
- (B) O Conselho de Administração reunir-se-á semestralmente em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.
- (C) O Conselho de Administração tem, como membros natos, o Secretário de Administração, que o presidirá, o Procurador Geral do Estado e o Diretor-Presidente da CONDER.
- (D) O Conselho de Administração é composto por até sete membros, sendo três natos e os demais eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitida a reeleição.
- (E) As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Realização

